CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 25.282/25/3ª Rito: Sumário
PTA/AI: 02.000217550-15
Impugnação: 40.010158494-65, 40.010158489-65 (Coob.)
Impugnante: Transbello Transporte e Distribuidora Ltda
CNPJ: 10.226245/0001-95
Josieli de Souza Soares (Coob.)
CPF: 088.114.277-89
Coobrigados: Alexander Francisco Braga da Silva
CPF: 014.992.037-72
Castell Braga Comércio Ltda
CNPJ: 54.479458/0001-02
Origem: DFT/Juiz de Fora - 2

EMENTA

MERCADORIA – TRANSPORTE DESACOBERTADO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL – CONTAGEM FÍSICA DE MERCADORIAS - EM TRÂNSITO/NOTA FISCAL IDEOLOGICAMENTE FALSA. Constatado o transporte de cigarros desacobertos de documentação fiscal hábil. Os Documentos Auxiliares das Notas Fiscais Eletrônicas – DANFES apresentado ao Fisco foram desclassificados, com fulcro no art. 102, inciso IV do RICMS/23, tendo em vista que as informações não correspondem à real operação e também informam destino incompatível com o local da apreensão da mercadoria. Razões de defesa insuficientes para elidir o trabalho fiscal. Corretas as exigências de ICMS/ST, Multa de Revalidação art. 56, inciso II c/c § 2º, inciso III da Lei nº 6.763/75 e Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, adequada nos termos do inciso I do § 2º do citado artigo da mencionada lei.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - TRANSPORTADOR - MANUTENÇÃO NO POLO PASSIVO. O transportador responde solidariamente pela obrigação tributária, nos termos do art. 21, inciso II, alínea "d" da Lei nº 6.763/75, justificando, assim, a sua inclusão no polo passivo da obrigação tributária.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SÓCIO - COMPROVAÇÃO DO PODER DE GERÊNCIA - CORRETA A ELEIÇÃO. Os sócios-administradores respondem pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias decorrentes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatuto, por força do art. 135, inciso III do CTN e art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75.

Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A autuação versa sobre a constatação do transporte de cigarros desacobertos de documentação fiscal. A infração foi detectada em 07/10/24 pela Fiscalização do trânsito de mercadorias a qual, ao examinar a documentação da carga transportada pelo caminhão de placa SRW7C49/RJ, no posto da Polícia Rodoviária Federal sediado na BR 040, Km 766, Juiz de Fora, constatou a falsidade ideológica das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) nºs 159 e 160, ambas datadas de 07/10/24 e emitidas por Castell Braga Comércio Ltda, contribuinte estabelecido na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Exige-se o ICMS acrescido da Multa de Revalidação disposta no art. 56, inciso II c/c § 2º, inciso III e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, todos da Lei nº 6.763/75.

Foram eleitas para o polo passivo do lançamento, na condição de Coobrigados, as seguintes pessoas:

- Josiele de Souza Soares, sócia-administradora da Transbello Transporte e Distribuidora Ltda, quem responde pessoalmente pelo crédito tributário, nos termos do inciso II do § 2º do art. 21 da Lei nº 6.763/75 c/c parágrafo único do art. 124 e inciso III do art. 135, ambos do CTN;

- Catell Braga Comércio Ltda, CNPJ 54.479.458/0001-02, patrona das NF-es nºs 159 e 160 e do MDF-e nº 81, identificado como destinatário contribuinte inexistente, além de outros vícios na emissão das NF-es, responde integralmente pelo crédito tributário nos termos da subalínea "a.6" da alínea "a" do inciso II do § 4º do art. 39 da Lei nº 6.763/75 c/c incisos I e II e parágrafo único do art. 124 do CTN;

- Alexander rancisco Braga da Silva, sócio-administrador da Castell Braga Comércio Ltda, quem responde pessoalmente pelo crédito tributário, nos termos do inciso II do § 2º do art. 21 da Lei nº 6.763/75 c/c parágrafo único do art. 124 e inciso III do art. 135, ambos do CTN.

Inconformada, a Coobrigada Josieli de Souza Soares interpõe, tempestivamente, Impugnação às págs. 53/86.

A Autuada apresenta, tempestivamente, Impugnação às págs. 96/123, na qual adapta os termos da Impugnação oferecida pela Coobrigada Josieli, e os reitera.

O Fisco se Manifesta às págs. 133/142.

DECISÃO

Da Preliminar

Da Arguição de Nulidade do Auto de Infração

Em sua defesa, a Impugnante Coobrigada requer que se declare a nulidade do lançamento tributário em relação a ela com a sua consequente exclusão do Auto de Infração, uma vez que ausente a demonstração dos requisitos ensejadores da atribuição de responsabilidade dos débitos fiscais à sócia-administradora da empresa transportadora.

Argui, também, a nulidade do lançamento, uma vez que demonstrada a boa-fé da transportadora na operação que ora prestou o serviço de transporte de forma diligente, cumprindo integralmente com as suas obrigações legais

Em que pesem os argumentos da Impugnante, razão não lhe assiste.

Não obstante a arguição ter como objeto matéria afeta ao mérito, cumpre estabelecer que o Auto de Infração contém os elementos necessários e suficientes para que se determine, com segurança, a natureza das infrações. As infringências cometidas e as penalidades aplicadas encontram-se legalmente embasadas. Todos os requisitos foram observados, formais e materiais, imprescindíveis para a atividade do lançamento, previstos nos arts. 85 a 94 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08.

O Auto de Infração foi lavrado conforme disposições regulamentares e foram concedidos à Autuada todos os prazos legalmente previstos para apresentar a sua defesa, em total observância ao princípio do contraditório.

Cabe ressaltar que a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS devido por substituição tributária, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 87/96 é atribuída ao remetente, porém, nos casos em que a mercadoria encontrada em situação irregular, a responsabilidade tributária é atribuída ao transportador por solidariedade.

No presente caso, aplica-se o disposto no art. 21, inciso II, alínea “d”, o qual prevê a responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto e acréscimos legais, inclusive multa por infração para a qual tenham concorrido por ação ou omissão, ao transportador que transporte mercadoria com documentação fiscal falsa, ideologicamente falsa ou inidônea:

Lei nº 6.763/75

Art. 21. São solidariamente responsáveis pela obrigação tributária:

(...)

II - os transportadores:

(...)

d) em relação a mercadoria transportada com documentação fiscal falsa, ideologicamente falsa ou inidônea;

(...)

Por sua vez, destaque-se que o erro cometido de boa-fé não afasta a aplicação da lei, nos termos do art. 136 do CTN, o qual dispõe:

Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Verifica-se que a infração e a responsabilidade são objetivas e independem, para a sua configuração, do ânimo do sujeito passivo/autor.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Não é o fato de a Impugnante discordar da infringência que lhe é imputada que acarreta a nulidade do lançamento. Cabe a ela comprovar as suas alegações.

O presente lançamento trata de exigência baseada em provas concretas do ilícito fiscal praticado, que será demonstrado na análise de mérito.

Rejeita-se, pois, a arguição de nulidade do lançamento.

Quanto às demais razões apresentadas, confundem-se com o próprio mérito e assim serão analisadas.

Do Mérito

No presente caso, em ação fiscal de conferência no trânsito de mercadorias, realizada às 17:00h do dia 07/10/24, na Rodovia BR-040, km 766, sentido decrescente da via, no município de Juiz de Fora/MG, abordou-se o veículo placa SRW7C49/RJ, de propriedade de Transbello Transporte e Distribuidora Ltda (CNPJ 10.226.245/0001-95), conduzido por Thulio da Silva de Govea, transportando mercadorias com documentação fiscal ideologicamente falsa.

Na ação fiscal iniciada pelo Auto de Retenção de Mercadorias (ARM-B) N° 001/10/2024, emitido concomitantemente com o Boletim de Ocorrência (BO) da Polícia Rodoviária Federal (PRF) n° 1715325241007171035 (Anexo 01), ficou constatado o transporte das mercadorias relacionadas na Contagem Física de Mercadorias em Trânsito (CFMT) conforme discriminada no Anexo 02 do Auto de Infração.

No ato da abordagem, foram apresentados os Documentos Auxiliares referentes ao Manifesto de Documento Fiscal Eletrônico (MDF-e) n° 81 e das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) n°s 159 e 160, todos de 07/10/24, e emitidos por Castell Braga Comercio Ltda (Anexo 03).

O MDF-e n° 81, apresentado na operação, indicava como placa do veículo transportador a de n° RJN4I58/RJ, que era diferente daquela sustentada pelo caminhão abordado na ação fiscal (SRW7C49/RJ).

As NF-es n°s (159 e 160) continham várias inconsistências, como a utilização de CFOP 6102, quando o correto seria 6403, uso de unidade pacote, mas a carga estava acondicionada em caixas, documentos sem destaque do ICMS devido para Pernambuco e sem a comprovação do recolhimento do ICMS/ST, além de um trajeto mais longo e mais oneroso que o normal (Anexo 04).

O destinatário informado nas NF-es era uma pessoa jurídica recém constituída (inscrição datando de 01/10/24), com um capital social irrisório, se comparado com o valor da carga, sendo que o telefone da empresa pernambucana estava cadastrado com DDD 21, que é do Rio de Janeiro, razões essas que indicavam ser necessário a retenção da carga e do veículo.

O Fisco pernambucano foi demandado para verificações da real existência do estabelecimento destinatário informado nas notas fiscais.

No retorno da verificação fiscal requerida ficou comprovado que a empresa de Jaboatão dos Guararapes/PE - GGR APOLO DISTRIBUIÇÃO LTDA - não possuía

existência no endereço cadastrado, conforme demonstrado no Anexo 05, estando, portanto, comprovada a falsidade documental das operações.

Diante de documentos que não possuem um destinatário válido, com omissões de base de cálculo, com falta de destaque e de recolhimento do ICMS/ST, com placa do veículo transportador divergente da real e com inconsistências na identificação das unidades dos produtos, fica materializado a falsidade ideológica das NF-es, nos termos da subalínea “a.6” da alínea “a” do inciso II do § 4º do art. 39 da Lei nº 6.763/75 c/c alínea “b” do inciso I do art. 11 da Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir, e comprovado o desacobertamento fiscal da operação.

As mercadorias transportadas foram avaliadas com base nos preços unitários constantes do SCORPIOS, posição em 08/10/24 (Anexo 08) e disponível para consulta no endereço https://gerencialpublico.cmb.gov.br/PRECOES_CONGO.html.

Por oportuno, repita-se que em sua defesa, a Impugnante Coobrigada afirma que é manifestamente ilegal a autuação da sua sóciaadministradora, Josieli de Souza Soares, uma vez que não foi demonstrado nos autos qualquer indício de que a ela tenha tido qualquer conhecimento das supostas irregularidades do documento fiscal, ou que tenha praticado ato de infração à lei capaz de ensejar a aplicação dos arts. 21, § 2º da Lei nº 6.763/75 c/c arts. 124 e 135 do CTN.

Diz que a imputação de responsabilidade pessoal exige, antes de qualquer coisa, a comprovação de que a sócia tenha agido com dolo, má-fé, com excesso de poder, ou cometido infração à lei, o que não restou demonstrado no presente caso

Alega que a Autuada é sócia-administradora da empresa que tão somente prestou o transporte da carga, mas não das empresas que realizaram a operação em si e/ou emitiram as notas fiscais objeto da fiscalização. A simples condição de sócia da empresa não é suficiente para configurar a sua responsabilidade.

Entende que em respeito ao princípio da legalidade e do devido processo legal, a sócia não pode ser responsabilizada por tributos da pessoa jurídica sem a devida demonstração de que ela tenha cometido qualquer ilegalidade ou violação à legislação tributária.

Cita jurisprudência que no seu entendimento, corrobora os seus argumentos.

Alega que as notas fiscais que a transportadora portava no momento da operação estavam de acordo com os produtos transportados e que meros equívocos na formalidade dos documentos, ausentes de má-fé, não influem no fato de que a carga, o remetente e o destinatário estavam em absoluta consonância com as notas.

Aduz que a transportadora, por sua natureza, limita-se à execução do transporte e à simples portagem da documentação fiscal relacionada à mercadoria transportada, não possuindo competência ou meios técnicos para aferir a correta apuração do ICMS incidente na operação, especialmente no que tange a operações interestaduais.

Diz que inexistente divergência quanto a carga transportada para com aquela descrita nas notas fiscais, ora cancelada pela autoridade fiscal.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acresce que a responsabilidade da transportadora se limita ao cumprimento de obrigações acessórias, como a conferência da documentação fiscal em relação a carga e também a regularidade cadastral do remetente e destinatário.

Ressalta que o contribuinte destinatário somente teve a sua inscrição estadual suspensa após a data da ocorrência em questão.

Destaca que o STF (Supremo Tribunal Federal) entende que a comprovação da operação, pagamentos, entrada e saída das mercadorias e a consulta ao SINTEGRA, corroboram para a confirmação da boa-fé, não sendo ônus de terceiro identificar a real situação da empresa.

Aduz que no presente caso não há nenhuma dúvida de que houve efetivamente a veracidade da compra.

Noutro ponto, sustenta que é discricionariedade da transportadora utilizar o caminho que considera mais adequado para o transporte da carga.

Diz que escolhe efetuar o transporte pela BR 110 por esta ser uma via mais segura que a BR 116.

A Autuada apresenta, tempestivamente, Impugnação às págs. 96/123 na qual adapta os termos da Impugnação oferecida pela Coobrigada Josieli, e os reitera.

Os argumentos das Coobrigadas não lhes socorrem.

Inicialmente, cumpre destacar que nos termos do art. 95, inciso I, alínea “f” do RICMS/23, considera-se ideologicamente falso o documento fiscal autorizado previamente, que contenha informações que não correspondam à real operação ou prestação:

RICMS/23

Art. 95 - Considera-se ideologicamente falso:

(...)

I - o documento fiscal autorizado previamente:

(...)

f) não enquadrado nas hipóteses anteriores e que contenha informações que não correspondam à real operação ou prestação;

(...)

No presente caso, as seguintes evidências caracterizaram o caráter ideologicamente falso dos dois DANFES retidos:

No MDF-e nº 81 (Manifesto de Documento Fiscal Eletrônico), apresentado pelo motorista Thulio da Silva de Gouvea, constava como placa do veículo transportador aquela de nº RJN4I58/RJ, a qual divergia da fixada no caminhão no momento da ação fiscal, SRW7C49/RJ.

Os DANFES nºs 150 e 160 apresentados continham várias inconsistências, tais como a utilização do Código Fiscal de Operações e Prestações - CFOP nº 6102, relativo a vendas em operação interestadual de mercadorias adquiridas ou recebidas de

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

terceiros para industrialização ou comercialização, que não tenham sido objeto de qualquer processo industrial no estabelecimento, quando o correto seria utilizar o CFOP nº 6403, o qual se refere a venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituto.

Nos DANFEs foi apontado o uso da unidade de mercadoria denominada pacote, sendo que a carga estava acondicionada em caixas.

Estes mesmos DANFEs não continham o destaque do ICMS devido para Pernambuco (supostamente o estado de destino da mercadoria) e sem a comprovação do recolhimento do ICMS/ST.

Ademais, o transportador adotou um trajeto mais longo e mais oneroso que o normal (Anexo 04).

E ainda, o destinatário informado nas NF-es (Notas Fiscais Eletrônicas) era uma pessoa jurídica recém constituída (inscrição datando de 01/10/24), com um capital social irrisório se comparado com o valor da carga.

O telefone da empresa pernambucana estava cadastrado com DDD 21, o qual se aplica ao estado do Rio de Janeiro/RJ.

E mais, o Fisco pernambucano comprovou que a empresa de Jaboatão dos Guararapes/PE - GGR Apolo Distribuição Ltda, destinatária informada nas notas fiscais, não possuía existência no endereço cadastrado, conforme demonstrado no Anexo 05, estando, portanto, comprovada a inidoneidade documental das operações

Eis, por conseguinte, que diante de documentos que não possuem um destinatário válido, com omissões de base de cálculo, com falta de destaque e de recolhimento do ICMS/ST, com placa do veículo transportador divergente da real e com inconsistências na identificação das unidades dos produtos, fica materializado a falsidade ideológica das NF-es, nos termos da subalínea “a.6” da alínea “a” do inciso II do § 4º do art. 39 da Lei nº 6.763/75 c/c alínea “b” do inciso I do art. 11 da Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir, e comprovado o desacobertamento fiscal da operação. Examine-se:

Lei nº 6.763/75

Art. 39 - Os livros e documentos fiscais relativos ao imposto serão definidos em regulamento, que também disporá sobre todas as exigências formais e operacionais a eles relacionadas.

(...)

§ 4º - Na forma que dispuser o regulamento, para efeito da legislação tributária, fazendo prova somente a favor do Fisco, considera-se:

(...)

II - ideologicamente falso:

a) o documento fiscal autorizado previamente pela repartição fazendária:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

a.1 - que tenha sido extraviado, subtraído, cancelado ou que tenha desaparecido;

a.2 - de contribuinte que tenha encerrado irregularmente sua atividade;

a.3 - de contribuinte inscrito, porém sem estabelecimento, ressalvadas as hipóteses previstas em regulamento;

a.4 - que contenha selo, visto ou carimbo falsos;

a.5 - de contribuinte que tenha obtido inscrição estadual ou alteração cadastral com a utilização de dados falsos;

a.6 - não enquadrado nas hipóteses anteriores e que contenha informações que não correspondam à real operação ou prestação;

(...)

Lei Complementar nº 87/96

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

(...)

b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

(...)

O Fisco corretamente desclassificou os DANFES apresentados e lavrou o presente Auto de Infração para exigir o ICMS, acrescido da Multa de Revalidação disposta no art. 56, inciso II c/c § 2º, inciso III e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, todos da Lei nº 6.763/75, a saber:

Lei nº 6.763/75

Art. 56. Nos casos previstos no inciso III do artigo 53, serão os seguintes os valores das multas:

(...)

II - havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as hipóteses de reduções previstas nos §§ 9º e 10 do art. 53.

(...)

§ 2º As multas serão cobradas em dobro, quando da ação fiscal, aplicando-se as reduções previstas no § 9º do art. 53, na hipótese de crédito tributário:

(...)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

III - por falta de pagamento do imposto, quando verificada a ocorrência de qualquer situação referida nos incisos II ou XVI do "caput" do art. 55, em se tratando de mercadoria ou prestação sujeita a substituição tributária.

Art. 55 - As multas para as quais se adotarão os critérios a que se referem os incisos II a IV do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

II - por dar saída a mercadoria, entregá-la, transportá-la, recebê-la, tê-la em estoque ou depósito desacobertada de documento fiscal, salvo na hipótese do art. 40 desta Lei - 40% (quarenta por cento) do valor da operação, reduzindo-se a 20% (vinte por cento) nos seguintes casos:

(...)

Por sua vez, a Contribuinte emitente dos DANFES desclassificados, Castell Braga Comércio Ltda, CNPJ 54.479.458/0001-02, e o seu sócio-administrador, Sr. Alexander Francisco Braga da Silva, foram devidamente incluídos no polo passivo, juntamente com o transportador Transbello Transporte e Distribuidora Ltda, CNPJ 10.226.245/0001-95 e a sua sócia-administradora, Sra. Josieli de Souza Soares, em razão da prática de atos com infração à lei (emitir documentos indicando destinatário inexistente e transporte de mercadorias desacobertadas de documentação fiscal) responsáveis solidários pelo crédito tributário, nos termos do art. 135, inciso III do CTN c/c art. 21, inciso II, alínea "d" e § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75:

Código Tributário Nacional

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

(...)

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

(...)

Lei nº 6.763/75

Art. 21. São solidariamente responsáveis pela obrigação tributária:

(...)

II - os transportadores:

(...)

d) em relação a mercadoria transportada com documentação fiscal falsa, ideologicamente falsa ou inidônea;

(...)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto:

(...)

II - o diretor, o administrador, o sócio-gerente, o gerente, o representante ou o gestor de negócios, pelo imposto devido pela sociedade que dirige ou dirigiu, que gere ou geriu, ou de que faz ou fez parte.

(...)

Quanto às assertivas de ilegalidade e inconstitucionalidade trazidas pela Defesa, cumpre registrar que não cabe ao Conselho de Contribuintes negar aplicação a dispositivos de lei, por força de sua limitação de competência constante do art. 182 da Lei nº 6.763/75 (e do art. 110, inciso I do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos – RPTA), *in verbis*:

Lei nº 6.763/75

Art. 182. Não se incluem na competência do órgão julgador:

I - a declaração de inconstitucionalidade ou a negativa de aplicação de ato normativo, inclusive em relação à consulta a que for atribuído este efeito pelo Secretário de Estado de Fazenda, nos termos do § 2º do art. 146;

(...)

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a arguição de nulidade do lançamento. No mérito, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, as Conselheiras Marilene Costa de Oliveira Lima (Revisora) e Cássia Adriana de Lima Rodrigues.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2025.

Dimitri Ricas Pettersen
Relator

Cindy Andrade Moraes
Presidente

P